ANEXO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.897/2014

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE ICÉM - SP

NOME DO MUNICÍPIO: Icém

POPULAÇÃO: 7.637

EQUIPE:

Juliana Rodrigues dos Santos – Prefeita Municipal

Aparecido Sabino da Rocha – Vice-Prefeito

Miguel Dirceu Dias Guimarães – Diretoria do Meio Ambiente

Isabella de Cenço Lopes – Bióloga – Elaboradora do Plano PMGIREM

2014

SUMÁRIO

Introdução

1. **Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**
2. **Objetivos Gerais**
3. **Objetivos Específicos**
4. **Metodologia para elaboração do Plano**
5. **Caracterização do Município**
6. **Diagnóstico**

6.1. Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais
6.2. Resíduos Sólidos de Limpeza Urbana
6.3. Resíduos Comerciais
6.4. Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)
6.5. Resíduos de Construção Civil (RCC)
6.6. Resíduos Industriais
6.7. Resíduos da Zona Rural
6.8. Resíduos das Atividades Agrossilvopastoris
6.9. Resíduos Pneumáticos
6.10. Resíduos dos Serviços de Transporte
6.11. Resíduos Sólidos Perigoso-Eletrônicos
6.12. Resíduos do Serviço de Saneamento
6.13. Áreas Contaminadas
6.14. Educação Ambiental
6.15. Análise Financeira da Gestão de Resíduos Sólidos

7. **Síntese do Diagnóstico**
8. **Considerações sobre o Diagnóstico**
9. **Prognóstico**
10. **Monitoramento e Avaliação das Ações Implementadas**
11. **Área Favorável para Disposição de Rejeitos**
12. **Formalização de Consórcio Público**
13. **Geradores de Resíduos Obrigados a Apresentar Plano de Gerenciamento**
14. **Geradores de Resíduos Obrigados a Estruturar a Logística Reversa**

15. Situações de Urgência e Emergência
16. Participação Social na Elaboração do Plano
17. Referências
18. Anexos

Introdução

1. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Segundo o artigo 18º da Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), “a elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade”.

O principal objetivo da elaboração de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos é dar subsídio, via Governo Federal e cooperação com Municípios, para a administração integrada dos resíduos por meio de um conjunto de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento.

É neste contexto, que apresentamos o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS do município de Icém/SP. Este instrumento aponta e descreve, de forma sistemática, as ações relativas ao manejo de resíduos sólidos produzidos no município, desde sua geração até a disposição final, além de propor ao gestor e a comunidade, diretrizes e orientações para o gerenciamento adequado dos mesmos.

Por meio deste plano, o município de Icém terá as informações necessárias para implantar, de forma gradativa, um gerenciamento racional de seus resíduos sólidos, melhorando a qualidade de vida da população, além de conscientizá-la quanto à minimização e a correta disposição dos seus resíduos por meio da educação ambiental.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008 elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 50,8% dos municípios brasileiros ainda destinam os seus resíduos à vazadouros a céu aberto (lixões). Embora este quadro venha se alterando nos últimos 20 anos, sobretudo nas Regiões Sudeste e Sul do País, tal situação se configura como um cenário de destinação reconhecidamente inadequado, que exige soluções urgentes e estruturais para o setor. Contudo, independente das soluções e/ou combinações de soluções a serem pactuadas, isso certamente irá requerer mudanças social, econômica e cultural da sociedade (IBGE, 2008).

A Gestão dos Resíduos Sólidos no País, sua concepção, o equacionamento da geração, do armazenamento, da coleta até a disposição final, têm sido um constante desafio colocado aos municípios e à sociedade. Esta iniciativa está alinhada com as premissas

constantes da Lei 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e contará com recursos aportados pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê investimentos para o fortalecimento da gestão integrada de resíduos sólidos, apoiando e promovendo a implantação de aterros sanitários, a erradicação de lixões, a coleta seletiva e a inclusão social de catadores.

A existência de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos é fundamental para disciplinar a gestão integrada, contribuindo para mudança dos padrões de produção e consumo no país, melhoria da qualidade ambiental e das condições de vida da população. A preocupação com a questão ambiental torna o gerenciamento de resíduos um processo de extrema importância na preservação da qualidade da saúde e do meio ambiente.

O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é um mecanismo criado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, com o objetivo de promover a sustentabilidade das operações de gestão de resíduos sólidos, bem como preservar o meio ambiente e a qualidade de vida da população, contribuindo com soluções para os aspectos sociais, econômicos e ambientais envolvidos na questão.

2. Objetivos Gerais

O presente documento tem como objetivo apresentar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Icém/SP, com vistas à gestão ambiental adequada dos resíduos sólidos gerados no Município. O respectivo documento foi desenvolvido em conformidade com as Leis Federais nº 11.445/07, que estabelece a Política Nacional de Saneamento e 12.305/10 que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, além do Decreto Federal 7.404/10 que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3. Objetivos Específicos

- Descrever detalhadamente a realidade do município de Icém destacando suas características físicas, econômicas, sócias e administrativas
- Descrever, de forma detalhada, os tipos de resíduos sólidos encontrados no município de acordo com sua geração, coleta e destinação, mencionando as empresas que prestam serviço ao município
- Fazer um diagnóstico da realidade de cada tipo de resíduo sólido encontrado no município

- Fazer prognósticos de cada tipo de resíduos sólidos elencando soluções de curto prazo para melhorar a situação do município

4. Metodologia para elaboração do Plano

O Plano apresenta o diagnóstico do município em relação aos resíduos, separados por tipo. Em cada um, exibem-se a quantidade gerada, a forma de acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final.

O município conta com serviço municipal para Resíduos Domiciliares e Comerciais, Saúde e Limpeza Urbana aos quais foi elaborado um questionário para levantamento de dados necessários ao diagnóstico.

As áreas fora do perímetro urbano são consideradas como continuação da área rural e contam com um ponto único de coleta, onde os moradores precisam deslocar seus resíduos domiciliares até este local para ser recolhido pela coleta municipal. Desta forma algumas propriedades rurais mais próximas acondicionam seus resíduos no mesmo local, e as mais afastadas não possuem coleta, sendo o resíduo queimado pelos moradores da propriedade.

Em 2005, o município de Icém estabelece diretivas em acordo com a Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, recolhendo lixo hospitalar em pontos específicos no município através de empresa terceirizada. Desta forma, o município não possui um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, segundo levantamento histórico de documentos registrados na Prefeitura.

Os RCC são coletados pela própria prefeitura a qual disponibiliza caçambas para armazenamento por meio de requerimento na Prefeitura e pagamento de taxa, mas não há local adequado para acondicionamento e de disposição final, sendo destinado para o aterro sanitário em valas comuns (lixão) no território municipal, desta forma foi elaborado um questionário para levantamento e registro de tal situação facilitando a elaboração de um plano de meta para este resíduo.

Em acordo com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, o município dispõe de serviço da Sabesp que presta serviço de saneamento básico em 98,7% do município segundo relatório enviado pela empresa para elaboração deste Plano. A Vigilância Sanitária Municipal realiza mensalmente coletas em postos estratégicos para a verificação da qualidade dos serviços prestados pela Sabesp através de análise no laboratório Adolfo Lutz de São José do Rio Preto/SP.

5. Caracterização do Município

O município de Icém, localizado no noroeste do estado de São Paulo, na zona fisiográfica de Barretos a uma latitude 20° 20’ 31” sul e a uma longitude 49° 11' 42 oeste, no extremo Norte do estado, compõe uma área territorial total de 362,6 Km² segundo dado fornecido pelo IBGE.

Está situado a 500 km da capital de São Paulo e a 60,8 km de São José do Rio Preto, o seu centro de referência.

Limita-se ao norte com o município de Fronteira - MG; ao sul com o município de Nova Granada – SP e Altair - SP; a leste com o município de Guaraci - SP e a Oeste com o município de Orindiuva - SP.

O acesso do município se dá por rede rodoviária, sendo servido pela BR 153 e Rodovia Armando Sales de Oliveira SP-322.

Possui um clima tropical com variações térmicas, com média de 26ºC. Sua altitude está estimada em 446m de nível do mar e suas terras de excelente qualidade, denominadas de latassolo vermelho escuro de base arenosa, ideais à agricultura.

Na região de Icém à um imenso lago formado pela barragem da Usina de Marimbondo, de águas calmas e profundas, favorece alguns tipos de atividades e o rio, abaixo da barragem, com correntezas fortes em alguns pontos, favorece a outras.

A existência de uma grande barragem no município confere a Icém o privilégio de dispor de dois tipos diferentes de ambiente náutico: o lacustre e o fluvial.

A partir do Canal de Fuga da Hidrelétrica de Marimbondo, o Rio Grande apresenta águas livres e rápidas. Nas margens, formações rochosas, matas e pequenas praias de areias finas. Nota-se também uma variedade de construções. A variedade da fauna chama a atenção. No ar e na água, pássaros de várias espécies enriquecem o cenário. Lontras e outros animais vivem nestas águas. Mas a maior riqueza, sem dúvida a mais procurada, é a fauna ictiológica. Na bacia do Rio Grande, o número de espécies (de peixes) registradas gira em torno de 170, muitas consideradas raras e endêmicas”. A existência de atividades que já exploram o local, como restaurantes, campings e pesca profissional, facilita o desenvolvimento do produto.

A taxa de urbanização é de 85,82% com uma população total de 7.637 habitantes, sendo 2.366 domicílios recenseados (Seade 2013).

A origem do nome de ICÉM da língua tupi-garani que significa "ÁGUA DOCE" antiga denominação do Município, sendo que este nome foi dado por motivo de existir no Município 02 (dois) grandes rios em volume de água doce.

O povoado de "Água Doce", nasceu da doação do patrimônio ao Bispado de São Carlos, pelo Coronel Domiciano Alves Ferreira. Posteriormente, essas mesmas terras foram vendidas ao capitão Jonas Francisco Alves que reservou três quarteirões, vendendo o restante da gleba para o Major Salustiano Custódio da Silveira que, por sua vez, doou parte para um novo patrimônio e o restante vendeu em lotes para novos moradores.

Contam-se entre fundadores do povoado de "Água Doce", além do Coronel Domiciano, do Capitão Jonas e Major Salustiano, Joaquim Chagas de Matos, Marcolino Antônio Rosa, Isaac Alves Ferreira, Benedito Gonçalves de Deus, David Sabino das Neves e Antônio J. das Neves. Seu desenvolvimento acompanhou, de certa forma, o crescimento administrativo da região pertencente a Barretos, composta por localidades que, originariamente, haviam sofrido a influência da movimentação provocada pela exploração de minérios em Minas Gerais.

Pela Lei nº 1.449 de 28 de dezembro de 1914, o povoado de Água Doce recebeu a denominação de Icém, sendo elevado a categoria de Distrito de Paz, e como tal instalado em 24 de abril de 1915.

Foi desmembrado do Município de Barretos pela Lei nº 1.571, de 07 de dezembro de 1917, e incorporado ao Município de Olímpia, do qual foi desanexado pelo Decreto Lei nº 14.334 de 30 de novembro de 1944 e incorporado ao Município de Guarací-SP.

Com o constante progresso que vinha desenvolvendo nesta época, o Distrito de Paz de Icém mereceu atenção de inúmeras pessoas dedicadas que passaram a trabalhar pela sua emancipação política, podendo citar entre outros de Ovídio Custódio Moreira, Isidro Alves Rosa, Jerônimo Machado Silveira e Clarindo Neves.

Icém foi elevado a Município, com sede na Vila de igual nome e com o território do respectivo Distrito de Paz, pela Lei nº 2.456 de 30 de dezembro de 1953 e posta em execução em 1º de janeiro de 1954. Como Município de Icém ficou pertencendo a Comarca de Olímpia (80ª Zona Eleitoral) e Delegacia de Polícia de 5ª Classe, pertencente à 2ª Divisão Policial (Região de Barretos).

Ovídio Custódio Moreira, antigo fiscal Municipal, foi um dos que mais trabalhou pela criação do município, e teve seu nome escolhido como candidato único para o cargo de Pre-

feito Municipal nas eleições de 03 de outubro de 1954, sendo empossado em 01 de janeiro de 1955.

Até outubro de 1969 o Município de Icém pertencia a Comarca de Olímpia, mas pelo Decreto Lei nº 158 de 28 de outubro de 1969, a partir dessa data passou a pertencer a Comarca de Nova Granada, incorporação está até a presente data, atualmente a Delegacia de Polícia de Icém é de categoria 3ª Classe.

O Município de Icém, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade territorial que integra a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, nos termos assegurados pela Constituição da República e pela Constituição do Estado de São Paulo. Sua população é formada por diversas etnias: espanhóis, sírios, italianos, japoneses, africanos e portugueses.

As propriedades rurais são de pequeno e médio porte as quais possuem gado leiteiro, plantação de cana-de-açúcar no setor Sucroalcooleiro.

A média salarial concentra-se na faixa de 02 a 05 salários mínimos, o que faz com que a população incentive o comércio local.

Seu Bioma é composto por Floresta Latifoliada Semidecidual e Cerradão.

A infraestrutura urbana do município conta com uma UBS Central e Pronto Atendimento no mesmo perímetro, dois ESFs, sendo um no Centro do município e outro no bairro Vila Terruggi.

Na área da educação, o município conta com duas creches, um pré-escolar, uma escolas de ensino fundamental (1º ao 5º anos), uma escola de ensino fundamental (6º ao 9º ano, uma escola de ensino médio (1º ao 3º colegial) e o Polo Uniararas de ensino superior noturno.

6. Diagnóstico

6.1. Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais

Geração

Os resíduos sólidos domiciliares e comerciais são gerados nas casas domiciliares em todo perímetro urbano do município, sendo gerados 8.6 toneladas/dia de resíduos dos quais constam:

- 50% de matéria orgânica

- 50% de rejeitos e reciclados

Valor de geração habitante/dia (média) = 1,09 kg/hab.dia

Considerando os dados apresentados no Plano Nacional de Resíduos Sólidos 2011 (Brasil: 1,1 kg/hab.dia e Região Sudeste: 0,9 kg/hab.dia), o valor de geração de resíduos por habitante/dia do município de Icém/SP está acima da média da Região Sudeste e dentro dos limites da média do Brasil.

Coleta Convencional - logística

A coleta é realizada pelo município através de uma logística programada à partir das 7hs da manhã percorrendo os seguintes bairros durante os dias da semana:

- Coleta diária – de segunda-feira à sábado há coleta em todo o perímetro urbano
- Coleta alternada – terça-feira, quinta-feira e sábado: Vila de Furnas
- Coleta alternada – às segundas-feira coleta dos resíduos de caçambas fixas nos pontos: Restaurante Peixe Vivo, Cemitério, Praia da Mariana, Dek Rio, CDP
- O Motel localizado no perímetro municipal possui limpeza fixa.

O município faz a coleta utilizando os seguintes funcionários, equipamentos e meios de locomoção:

- Um caminhão FORD F 12000 – Toco, ano 2002 em mau estado de conservação.
- Três coletores de lixo.
- Um motorista.

Tratamento, destinação e disposição final

Após a coleta os resíduos são levados ao terreno de destinação localizado no Km 7 da BR 153, à 2km sentido sul do trevo do município pela rodovia Transbrasiliana BR 153 onde são depositados em valas abertas por retroescavadeira pertencente à Prefeitura de Icém a qual vai até o local todos os dia de coleta para abrir as valas e fechá-las após o acondicionamento dos resíduos sem qualquer forma de separação.

De acordo com o relatório anexado ao Plano, o aterro sanitário em valas (Lixão) Municipal detém Nota Máxima no índice de qualidade de Aterros de Resíduos (IQR=7,5) em 2012 de acordo com avaliação da CETESB, sendo considerado um índice adequado para aterro sanitário em valas.

O aterro sanitário em valas (Lixão) municipal não possui qualquer tipo de tratamento específico para receber os resíduos domésticos coletados, apenas são abertas valas que ao serem preenchidas pelos resíduos, são cobertas, evitando a exposição dos resíduos.

Coleta Seletiva

O município não oferece serviço de coleta seletiva, mas há cerca de 12 catadores autônomos no município que realizam este trabalho, pois alguns moradores separam materiais recicláveis e disponibilizam para os catadores autônomos existentes no município os quais vendem o material para os que possuem uma estrutura mais adaptada, ou seja, fazem uma triagem para revenderem para instituições que compram materiais recicláveis.

Todos os envolvidos na coleta seletiva são autônomos e não estão legalizados.

6.2. Resíduos Sólidos de Limpeza Urbana

Geração

Os resíduos sólidos de limpeza urbana gerados no município se devem a poda, roçagem de vegetação de locais públicos e particulares de acordo com solicitação e liberação prévia, sendo gerado em média uma tonelada de resíduo ao dia englobando folhagem, grama, galhos e troncos.

Faz parte da limpeza urbana o serviço de varrição das ruas municipal.

Estes dois tipos de serviço são executados por empresas particulares, sendo o de poda aberto à licitação até o momento de elaboração deste plano, devido ao vencimento do contrato anterior e o de varrição é executado pela empresa terceirizada de acordo com a licitação realizada.

Coleta

A coleta da poda é feita pelo município que disponibiliza 5 funcionários, dentre eles temos:

- Um motorista de trator funcionário da prefeitura,
- 4 trabalhadores braçais que prestam serviço diário para a prefeitura enquanto não se determina a empresa a ser contratada

- 13 trabalhadores braçais da empresa terceirizada de acordo com a licitação realizada destinados a varrição

Este pessoal dispõem do seguinte material de trabalho na coleta dos resíduos:

- Um trator da New Holaland TL 35E,
- Um carreta de ferro de capacidade 2000 kg,
- Ferramentas manuais como enxadas, pás, forcas, rastelos, pá de carregar terra, carriola e carrinho de lixo.

Destinação

Todo o resíduo recolhido é encaminhado para o aterro sanitário em valas (Lixão municipal onde é acondicionada em valas para serem enterradas).

6.3. Resíduos Cemiteriais

Geração

Os resíduos gerados das atividades no cemitério são compostos em sua maioria por flores, coroas de flores, vasos de pequeno porte que compõem o quadro decorativo dos túmulos e restos de alimentos, copos descartáveis e outros tipos de resíduos gerados nos funerais, ou seja, resíduos que podem ser enquadrados nos tipos coletados pelo município.

No Cemitério Municipal não é realizado exumação de corpos, desta forma não há necessidade, até o momento de criação de Ossário e não existem restos de caixões e tecidos a serem destinados a coleta.

Coleta

Desta forma a coleta é feita pelo município seguindo a logística empregada em todo o município, sendo coletado às segundas-feiras o resíduo acondicionado em caçamba fixa no local.

Destinação

Juntamente com os resíduos domiciliares e comerciais, os resíduos cemiteriais são acondicionados na vala comum do município, não havendo qualquer diferenciação em seu tratamento de acordo com o tipo de resíduo considerado comum e sem exigências específicas.

6.4. Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)

Geração

Os resíduos da saúde se concentram, em sua maior parte, na UBS Central, PSF e PA onde temos resíduos considerados lixo branco como frascos de medicação, vacinas, sobras de amostras de laboratório contendo sangue, fezes, urina e secreção, materiais e instrumentais que entram em contato com o paciente como pontas de cateter, sondas, materiais usados em curativos como faixas, gases, esparadrapos, equipos com presença de sangue, fitas de dextro, além dos materiais perfuro cortantes como lâmina de barbear, lâminas de bisturi, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas e limas endodônticas, lancetas de dextro.

Outros locais também são geradores de resíduos de saúde são as escolas municipais que oferecem serviços odontológicos e farmácias, clínicas (médica, odontológica e veterinária) e o laboratório de exames particulares que existem no município.

Coleta

Todos os resíduos gerados são armazenados adequadamente em cada instituição de acordo com sua periculosidade em sacos brancos e descartex. Os resíduos das unidades geradoras deste tipo de resíduo de responsabilidade da prefeitura são coletas por funcionários da saúde uma vez na semana e armazenados em local específico na UBS Central que só é aberta para depósito destes resíduos.

A coleta final do resíduo é feita atualmente pela empresa Constroeste todas as terças-feiras à partir das 8hs por um funcionário da empresa que recolhe os resíduos na UBS, sendo a Prefeitura de Icém responsável e financiador pelo resíduo.

A Prefeitura disponibiliza de:

- Um funcionário que dirige a saveiro de coleta
- Um funcionário para a coleta nos estabelecimentos

A Constroeste disponibiliza de:

- Um funcionário que dirige e pesa os materiais,
- Uma balança,
- Recipientes para colocar os sacos e descartex para pesagem,
- Uma Picape Fiorino fechada da Fiat.

Destinação

Os resíduos coletados são encaminhados a Central de Tratamento de RSS – Constroeste Ambiental em São José do Rio Preto-SP onde são autoclavados, esterilizados, descaracterizados, sendo sua disposição final no Aterro Sanitário em Onda Verde-SP.

6.5. Resíduos de Construção Civil (RCC)

Geração

Os RCC são originários, em sua maioria de construções e reformas civis existentes no município.

Coleta

O município disponibiliza suas caçambas através do pagamento de uma taxa de aluguel pelo requerente. A caçamba fica no local da obra recebendo os resíduos da construção sendo retirado em 3 dias ou quando há necessidade de troca.

As caçambas são transportadas por caminhão Poliguindaste Simples em Chassi Toco para caçamba de 9m³. O serviço é efetuado apenas com o motorista do caminhão o qual leva a caçamba até o local solicitado e depois retira-o.

Destinação

O município não possui local adequado de destinação para RCC, desta forma, a maioria são depositados em vala comum do município situado em área rural localizada na BR 153 separadamente dos resíduos domiciliares e comerciais.

6.6. Resíduos Industriais

Geração

O município possui uma área específica para instalação das indústrias, sendo encontradas atualmente quatro pedreiras e uma de concreto usinado. A Prefeitura não exige nenhum Plano de Gerenciamento destas indústrias, sendo os alvarás liberados de acordo com Legislações Estaduais e Federais, pois o município não possui legislação específica.

Podem ser encontrados dois postos de combustível no município onde são gerados resíduos de escritório e óleo queimado.

Coleta

Os resíduos de origem de escritório são coletados juntamente com os resíduos domiciliares de acordo com a logística do município.

Os resíduos de óleo queimado são coletados pela AMBCOL – Centro de Coleta de Resíduos de Votuporanga-SP e os frascos e filtros usados pela empresa Mejan as quais dispõem de um caminhão toco e um motorista para coleta.

O óleo queimado fica armazenado em tanque de 200L no posto de combustível aguardando a coleta.

As pedreiras não geram nenhum tipo de resíduo específico, sendo em sua maioria resíduos de escritório os quais recebem o mesmo tratamento do resíduo domiciliar.

Destinação

Os resíduos comuns coletados pelo município são destinados ao aterro sanitário em valas comuns (lixão) municipal. E os resíduos dos postos de combustíveis são transportados para a empresa coletora onde são processados e transformados em outros tipos de materiais.

6.7. Resíduos da Zona Rural

Geração

O território do município conta com pequenas e médias propriedades cadastradas atualmente na Casa da Agricultura situada no municipio e uma área designada como Praia da Mariana, onde localiza-se algumas propriedades particulares localizada próximo a represa do rio Grande, os quais possuem sistema de coleta de resíduo diferenciado.

Os resíduos destes condomínios são considerados domiciliares e são armazenados em caçambas fixas em pontos específicos no local.

Coleta

Não há processo de coleta nas propriedades rurais, sendo os resíduos, em sua maioria, queimados dentro das propriedades.

Nas propriedades localizados no território da Praia da Mariana, o município faz a coleta das caçambas fixas uma vez na semana, disponibilizando de um caminhão, um motorista e três catadores de resíduos.

Destinação

Os resíduos que não são depositados nos pontos coletivos de coleta são eliminados pelos próprios moradores da zona rural por meio de queimada ou enterrada em locais mais afastados da residência, sem qualquer preparo prévio.

Os resíduos recolhidos nos pontos de coleta fixos são destinados a vala comum da mesma forma dos resíduos domiciliares.

6.8. Resíduos das Atividades Agrossilvopastoris

Geração

Os resíduos Agrossilvopastoris são constituídos de materiais diversos resultantes de atividades da propriedade como frascos de medicação, vacinas, seringas e agulhas, recipientes e sacos de insumos e agrotóxicos os quais em sua maioria não são vendidos no município, pois dispomos de casas agrícolas que vendem produtos mais básicos para as atividades agrícolas, como rações e ferramentas, desta forma o produtor busca esses materiais fora do município.

Coleta

Devido a compra de insumos serem em outro município e a orientação ficar por conta dos vendedores destes locais, dificilmente os produtores rurais retornam as embalagens vazias para os locais onde foram comprados

Destinação

Como não há um trabalho eficaz de retorno das embalagens vazias, as mesmas acabam recebendo o mesmo destino dos resíduos de zona rural ou são reaproveitados para armazenar outros tipos de materiais.

6.9. Resíduos Pneumáticos

Geração

Os resíduos pneumáticos se concentram nas borracharias e oficinas mecânicas do município onde, em alguns estabelecimentos, eles são armazenados de forma correta para evitar acúmulo de água, mas em outros, isso não ocorrem e acabam oferecendo sérios riscos de se tornarem criadouros do mosquito Aedes aegypti.

Coleta

Devido a grande preocupação do setor da Saúde com criadores do mosquito da Dengue, dois funcionários da vigilância sanitária fazem um trabalho quinzenal de retirada de água destes pneus e a recolha dos pneus de forma mensal com a utilização de uma vw – saveiro.

Destinação

Os pneus coletados são armazenados em local coberto no Pátio da Prefeitura até que a quantidade acumulada seja suficiente para retirada pela empresa Reciclanip com a qual a Prefeitura vem tendo problemas de contrato e de recolha, sendo necessário um acordo mais específico entre ambas as partes, pois os pneus estão acumulando em grande quantidade no Pátio prejudicando a recolha nos estabelecimentos.

6.10. Resíduos dos Serviços de Transporte

Geração

O município possui um terminal rodoviário de pequeno porte onde os resíduos gerados são considerados domiciliares por se tratarem de resíduos de lanchonete, bar e escritório.

O município possui várias empresas de transporte os quais trabalham com caminhões, máquinas agrícolas e ônibus. Todos geram grande quantidade de óleo e pneus.

Coleta

Os resíduos das transportadoras, os pneus são coletados pela equipe da Vigilância Sanitária e o óleo é coletado pela empresa Ambcol que recolhe óleo usado

O óleo fica armazenado em tambores de 200L e a empresa passa uma vez no mês para fazer a coleta através de um caminhão tanque ¾ e um motorista.

Destinação

Os pneus são armazenados no Pátio da Prefeitura a espera da recolha, pois não possui contrato firmado com nenhuma empresa.

O óleo é levado para empresa onde passa por procedimentos de regeneração.

6.11. Resíduos Sólidos Perigosos/Eletrônicos

Geração

O município não possui nenhuma ação específica para este tipo de resíduo, sendo estes destinados de forma ilegal e sem qualquer fiscalização em locais impróprios e parte deles são destinados à coleta comum.

Coleta

Não existe coleta específica para este tipo de resíduo, sendo coletados juntamente com os resíduos domiciliares.

Destinação

Os resíduos coletados de forma comum são levados para a vala comum.

6.12. Resíduos do Serviço de Saneamento

Geração

O município conta com os serviços prestados pela Sabesp a qual faz cobertura de 99,61% na área urbana com tratamento de esgoto.

Coleta

A coleta dos resíduos de saneamento é feita pela canalização de esgoto que cobre todo o município.

Destinação

Todo resíduo de saneamento é destinado a Estação de Tratamento de Esgoto situada em área rural com acesso pela estrada anexa ao trevo principal da rodovia Armando Sales de Oliveira SP-322.

6.13. Áreas Contaminadas

O município não possui nenhuma área contaminada por resíduo sólido, desta forma não temos nenhum procedimento de descontaminação ou tratamento específico.

6.14. Educação Ambiental

Com o formação de nova Diretoria do Meio Ambiente a partir da administração de 2013 as atividade de Educação Ambiental iniciaram suas atividades com palestras educativas como:

- Dia da árvore juntamente com a Polícia Ambiental nas escolas municipais;
- Curso profissionalizante de sangria de seringueira com população específica reunida através de inscrição;
- Palestras realizadas pelo Corpo de Bombeiros através da temática “Operação Apaga Fogo” realizada em diversos municípios da região;
- Projeto Espaço Amigo desenvolvido com o apoio da Casa da Agricultura com a criação de um Meliponário onde são realizadas atividades com os alunos de escolas municipais.

6.15. Análise Financeira da Gestão de Resíduos Sólidos

A administração municipal cobra uma taxa pela recolha de resíduo sólido juntamente com o IPTU e o resíduo de saneamento é cobrada diretamente pela Sabesp juntamente com o boleto de cobrança dos serviços utilizados de água.

7. Síntese do Diagnóstico

TIPO DE RESÍDUO	DIAGNÓSTICO
Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais	O município não possui destinação adequada dos resíduos coletados, além da falta de coleta seletiva devido a falta de local e transporte adequado
Resíduos Sólidos de Limpeza Urbana	Os resíduos gerados pela limpeza urbana não possuem aproveitamento e destinação adequada
Resíduos Cemiteriais	O acondicionamento dos resíduos está adequado
Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)	Falta de lei municipal de obrigatoriedade de responsabilidade dos estabelecimentos particulares em relação aos resíduos gerados nestes locais e fiscalização dos estabelecimentos cobrando Plano de Gerenciamento dos Resíduos como forma de comprovarem a utilização de empresa terceirizada como destinatária dos resíduos gerados, diminuindo gastos municipais
Resíduos de Construção Civil (RCC)	Falta de local adequado para destinação dos resíduos
Resíduos Industriais	Falta de cobrança e fiscalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos
Resíduos da Zona Rural	Falta de conscientização dos moradores rurais em não queimarem seus resíduos
Resíduos das Atividades Agrossilvopastoris	Falta de conscientização dos vendedores e compradores da importância e perigo do mal condicionamento e reutilização das embalagens de agrotóxicos
Resíduos Pneumáticos	Não há convênio com municípios vizinhos para

	viabilizar o tempo de retirada dos resíduos e se estabelecer um contrato adequado com empresa especializada
Resíduos dos Serviços de Transporte	Falta de fiscalização do estado de conservação dos veículos usados como transporte que circulam no município para se evitar a contaminação das vias onde ficam parados com óleo diesel
Resíduos Sólidos Perigosos/Eletrônicos	Falta de conscientização da população em separar este tipo de resíduo e estabelecer um convênio com municípios vizinhos para viabilizar o tempo de retirada dos resíduos e se estabelecer um contrato adequado com a empresa que faz coleta deste tipo de resíduos
Resíduos do Serviço de Saneamento	Os serviços oferecidos pela Sabesp tem proporcionado condições adequadas ao município
Áreas Contaminadas	O município não possui áreas contaminadas com resíduos sólidos
Educação Ambiental	Falta de maior intensificação nas campanhas de conscientização
Análise Financeira da Gestão de Resíduos Sólidos	A cobrança de taxas pela Administração Municipal não excede o orçamento populacional, estando em acordo com as condições financeiras

8. Considerações sobre o Diagnóstico

Pontos positivos

Os serviços pela Sabesp atendem as necessidades do município em relação aos resíduos de saneamento, desta forma o município transfere a responsabilidade de áreas adequadas de destinação a esta empresa.

Apesar do resíduo domiciliar e comercial ser destinado em lixão, sendo utilizado valas comuns, o IQR determinado pela CETESB possui um valor satisfatório, indicando

que, de acordo com a realidade do local, a destinação em valas a serem cobertas, diminui a exposição destes resíduos.

Na área de Educação Ambiental, o município vem iniciando um contato com a população através de temas específicos relacionado ao Meio Ambiente como forma de estimular um maior interesse da população em participar de futuras campanhas de mobilização.

Pontos a serem priorizados na elaboração das metas

Após a elaboração deste plano, algumas medidas devem ser tomadas com urgência como:

- Implantação de local apropriado de acordo com a Lei Federal 12305/10 para destinação correta de resíduos domiciliares e comerciais até o mês de fevereiro de 2016 com custos a serem negociados pela administração municipal.
- Implantação de coleta seletiva para diminuir a quantidade de resíduos destinados a coleta terceirizada num prazo até o mês de junho de 2016 com necessidade de financiamento por entidades financiadoras devido as necessidades do município o qual não dispõe de recursos para construção e adequação de local adequado para a implantação. Custo este estimado em R$ 275.350,00.
- Destinação adequada dos resíduos de limpeza urbana como a utilização de galhos finos, folhas e roçagem em compostagem a ser doada aos interessados em sua utilização como adubagem até o mês de julho de 2016.
- Formação de consórcio com entidade que receba troncos e galhos mais grossos gerados na poda das árvores do município num prazo até junho de 2016 a um custo de R$ 300,00 por viagem.
- Formação de convênios entre município na coleta e destinação dos Resíduos Pneumáticos e os Perigosos/Eletrônico a ser implantado até o mês de junho de 2015 sem custos ao município na retirada dos pneumáticos e com custo de R$ 950,00/tonelada na retirada de lâmpadas a ser dividida entre os conveniados.
- Legalização de local adequado para destinação de RCC num prazo até junho de 2016.
- Implantação de lei municipal de responsabilidade sob o Resíduo de Saúde, incluído a apresentação de comprovação de Gerenciamento de Resíduo de Saúde ao Departamento de Meio Ambiente comprovando sua destinação de acordo com a

Lei 12.305/10 com prazo de implantação até novembro de 2015 sem gerar custo a administração municipal.

- Cobrança de Plano de Gerenciamento de Resíduos dos estabelecimentos industriais e de transporte sem custo algum para a administração e com um prazo até julho de 2015.

9. Prognóstico

TABELAS DE METAS

CAPÍTULO 1: RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS

PROBLEMA 1: Não há destinação adequada dos resíduos domiciliares
RESULTADO ESPERADO: Coleta terceirizada implantada em 100% da área urbana do município

Nº	AÇÃO	CURTO	MÉDIO	LONGO	PRAZO ESTIMADO	CUSTO	RESPONSÁVEIS
		3 anos	10 anos	20 anos			
1	Levantamento de empresas que façam a recolha	X			Janeiro/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente/ Jurídico
2	Processo licitatório das empresas interessadas	X			Abril/2015	-	Licitação
3	Estabelecer termos de contrato	X			Julho/2015	-	Jurídico
4	Contratação da empresa vencedora na licitação			X	Setembro/2015	-	Licitação
5	Publicação do contrato em edital	X			Novembro/2015	-	Licitação
6	Pagamento de taxa de coleta dos resíduos domiciliares e comerciais			X	Fevereiro/2016	à definir	Financeiro

PROBLEMA 2: Não há coleta seletiva implantada
RESULTADO ESPERADO: Coleta seletiva implantada em 100% da área urbana do município

META

Nº	AÇÃO	CURTO	MÉDIO	LONGO	PRAZO ESTIMADO	CUSTO	RESPONSÁVEIS
		3 anos	10 anos	20 anos			
1	Levantar equipamentos e local	X			Outubro/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente/Financeiro
2	Identificar re-	X			Setembro/2014 a	-	Diretoria Municipal

	cursos financeiros				abril/2015		do Meio Ambiente
3	Elaborar proposta de educação ambiental	X			Novembro a dezembro/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente/Secretaria Municipal da Educação
4	Organizar os catadores de reciclagem	X			Junho/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente
5	Capacitação dos catadores	X			Outubro e Novembro/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente
6	Elaboração do Plano de Implantação	X			Novembro/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente
7	Elaboração do Plano de Sensibilização	X			Dezembro/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente
8	Construção do barracão de reciclagem	X			Abril à Junho/2016	R$ 200.000,00	Financeiro/Obras
9	Aquisição de equipamentos para o barracão de reciclagem	X			Julho/2016	R$ 60.000,00	Financeiro/Compras
10	Aquisição de begues grandes	X			Julho/2016	R$ 350,00	Financeiro/Compras
11	Aquisição de material educativo – panfletos, faixas, propaganda em rádio, jornal	X			Janeiro/2016	R$ 5.000,00	Financeiro/Compras
12	Aquisição de begues pequenos para as residências	X			Julho/2016	R$ 10.000,00	Financeiro/Compras

CAPÍTULO 2: RESÍDUOS DE LIMPEZA URBANA

PROBLEMA 1: Não destinação e reaproveitamento de forma correta do resíduo
RESULTADO ESPERADO: Legalização da destinação do resíduo de limpeza urbana

META

Nº	AÇÃO	CURTO	MÉDIO	LONGO	PRAZO ESTIMADO	CUSTO	RESPONSÁVEIS
		3 anos	10 anos	20 anos			
1	Identificação de instituição que recebe madeiras de origem de poda	X			Janeiro/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente
2	Elaboração de consórcio com a	X			Março/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambien-

	instituição						te/Jurídico
3	Adequar local para armazenamento do resíduo para ser levado a destinação	X			Março/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente/Obras
4	Conscientização dos podadores para destinação adequada	X			Março/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente
5	Transporte do resíduo até o destino			X	Agosto/2015	R$ 200,00/viagem	Transporte

CAPÍTULO 3: RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

PROBLEMA 1: Não destinação e reaproveitamento de forma correta do resíduo
RESULTADO ESPERADO: Legalização da destinação do resíduo de construção civil e sua reutilização

META

Nº	AÇÃO	CURTO	MÉDIO	LONGO	PRAZO ESTIMADO	CUSTO	RESPONSÁVEIS
		3 anos	10 anos	20 anos			
1	Levantar área adequada de destinação	X			Janeiro/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente
2	Levantamento de custos de implantação	X			Janeiro a junho/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente
3	Planejamento de Implantação	X			Agosto/2015	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente
4	Adequação da área de destinação	X			Setembro à Dezembro/2015	R$ 200.000,00	Diretoria Municipal do Meio Ambiente
5	Elaboração de planejamento de reutilização do resíduo	X			Fevereiro/2016	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente/Obras

CAPÍTULO 4: RESÍDUOS PNEUMÁTICOS E PERIGOSOS/ELETRÔNICOS

PROBLEMA 1: Não destinação e armazenamento adequado dos resíduo pneumáticos e perigosos/eletrônico
RESULTADO ESPERADO: Formação de consórcio com outros município e empresas que recolhem esses resíduos

META

Nº	AÇÃO	CURTO	MÉDIO	LONGO	PRAZO ESTIMADO	CUSTO	RESPONSÁVEIS
		3 anos	10 anos	20 anos			
1	Levantamento de entidades que façam a recolha	X			Setembro/2014	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente
2	Estabelecer conta-	X			Novembro/2014	-	Diretoria Munici-

	to com municípios vizinhos interessados no consórcio						pal do Meio Ambiente
3	Determinar cidade e local onde os resíduos ficarão armazenados	X			Dezembro/2014	-	Diretoria Municipal do Meio Ambiente
4	Elaborar contrato de prestação de serviço e relação dos município			X	Fevereiro/2015	-	Jurídico
5	Publicação do contrato sob forma de lei			X	Março/2015	-	Jurídico
6	Pagamento de taxa de coleta dos resíduos perigosos/eletrônicos	X			Junho/2015	R$ 950,00/tonelada	Financeiro

10. Monitoramento e Avaliação das Ações Implementadas

A Prefeitura se compromete, através da autoridade do Poder Executivo Municipal (Prefeito), em implantar e monitorar as metas e exigências mencionadas neste Plano com o apoio da Diretoria do Departamento de Meio Ambiente e de outros setores relacionados e em caso de não cumprimento das metas, será acionado o Condema e o Ministério Público.

O Plano terá validade de quatro anos, sendo necessário sua revisão e adequação no final do período.

E, para implantação do Plano, os funcionários relacionados deverão receber capacitação para que tais metas sejam implantadas e monitoradas de forma adequada as exigências legais.

11. Área Favorável para Disposição de Rejeitos

Como o município não dispõe de serviço terceirizado de coleta de resíduos, deverá ser contratado empresa específica para este tipo de serviço a qual se responsabilizará por destinação e armazenamento do resíduo municipal.

12. Formalização de Consórcio Públicos

O município está em negociação com alguns município vizinhos para formalizar consórcios na coleta de pneumáticos e de perigosos/eletrônicos, desta forma, assim que assinado o consórcio daremos andamento as coletas.

13. Geradores de Resíduos Obrigados a Apresentar Plano de Gerenciamento

Na tentativa de adequar e padronizar ações de gerenciamento de resíduos, será cobrado das indústrias, postos de combustível, clínicas particulares (odontológica, médica e veterinária) o Plano de Gerenciamento de Resíduos ficando sobre responsabilidade de orientação, em primeira etapa, do Diretor de Meio Ambiente do Município o qual poderá notificar os estabelecimentos e bloquear a liberação de alvarás até a adequação do mesmo juntamente com a VISA Municipal.

Os estabelecimentos terão prazo de 12 meses para se adequarem após receberem notificação e orientação de formalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos.

14. Geradores de Resíduos Obrigados a Estruturar a Logística Reversa

Como o município não possui estabelecimentos que fornecem produtos necessários a se adequarem a logística reversa, como os agrotóxicos, pode-se fazer uma campanha de conscientização dos produtores rurais e dos comerciantes de casas agrícolas para orientá-los na importância em se aderir a esta prática.

15. Situações de Urgência e Emergência

Dependendo da natureza do incidente, deve-se solicitar a presença da Polícia Civil, ou Militar, ou Ambiental através do telefone 190 e em casos de necessidade da presença do Corpo de Bombeiros, o número 193.

Em casos de denúncia de disposição irregular de resíduos, pode-se solicitar a presença do Diretor de Meio Ambiente Municipal, encontrado no telefone (17)3282-9111.

Todos estes profissionais ao serem solicitados, avaliarão a ocorrência exigindo os devidos procedimentos para sanar o problema, cobrando dos responsáveis as devidas providências.

16. Participação Social na Elaboração do Plano

Ao término de elaboração do Plano, o mesmo passou por aprovação da população através de audiência pública publicada em jornal antecipadamente e após aprovação, o

mesmo passará por aprovação no Condema e na Câmara Municipal sob forma de Lei para que o mesmo se torne obrigatório seu cumprimento.

17. Referências

- Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.
- Lei Federal n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre a mudança do clima.
- Decreto Federal nº 7.217, 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei Federal n.º 11.445/2007.
- Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa.
- Lei Federal n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Plano Municipal de Saneamento, de 2 de julho de 2012 que estabelece as diretrizes a serem seguidas no planejamento pela empresa SABESP.
- Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005

Estando todos em acordo com o proposto neste Plano, firmam a legalidade do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduo Sólido do Município de Icém vigente entre os anos de 2014 à 2017.

JULIANA RODRIGUES DOS SANTOS
Prefeita Municipal

MIGUEL DIRCEU DIAS GUIMARÃES
Diretor do Departamento de Meio Ambiente

18. Anexos

FOTOS

Estação de tratamento de esgoto do município de Icém

Lixão do município de Icém

Lixão do município de Icém